

Gilmar cobra apuração de manobra da “lava jato” na sucessão de Moro

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, disse que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Conselho da Justiça Federal (CJF), o STJ e o TRF-4 devem apurar a revelação de que procuradores da República do Paraná [atuaram nos bastidores](#) para que um juiz aliado sucedesse Sergio Moro na 13ª Vara Federal de Curitiba.

Dorivan Marinho/SCO/STF



Ministro participou nesta sexta-feira de seminário virtual organizado pela **ConJur**
Dorivan Marinho/SCO/STF

Segundo o site *The Intercept Brasil*, as articulações, encabeçadas por Deltan Dallagnol, então coordenador da "lava jato" no Paraná, começaram pouco depois de Moro anunciar que assumiria o Ministério da Justiça.

"Os procuradores da 'lava jato' estavam escolhendo o juiz da 13ª Vara, que substituiria Moro, dialogando com o TRF-4. É um caso altamente constrangedor e até agora o STJ, o CJF, o CNJ e o TRF não falaram nada. Quer dizer, eles [a 'lava jato'] se tornaram um grande poder em relação ao próprio procurador-geral. Se o Augusto Aras não enfrentar essa questão das forças-tarefas, elas acabam com ele", disse Gilmar.

O ministro também destacou que a ex-procuradora-geral da República Raquel Dodge teve que ir ao STF pedir a suspensão de um fundo que os procuradores de Curitiba tentaram criar sob o pretenso argumento de que os valores seriam utilizados no combate à corrupção, e que Aras precisou buscar a Suprema Corte para ter acesso aos dados da "lava jato".

"O rabo passou a abanar o cachorro. É um grave problema de governança. É uma instituição que pode ameaçar a democracia. Isso deve ser repensado", prosseguiu o ministro.

A declaração foi feita durante o seminário virtual *STF: Presente passado e futuro*, transmitido pela *TV ConJur* nesta sexta-feira (16/10). Também participaram do evento o ex-ministro do Supremo, da

Justiça e da Defesa, **Nelson Jobim**; o ministro aposentado **Cezar Peluso**; o procurador-geral da República, **Augusto Aras**; e o atual presidente do STF, ministro **Luiz Fux**. A mediação foi feita pelo criminalista **Pierpaolo Bottini**.

Esforço de institucionalização

O procurador-geral da República, Augusto Aras, que também participava do debate, respondeu ao ministro Gilmar Mendes elencando os esforços de sua gestão para institucionalizar o trabalho das forças-tarefas, de forma a garantir mais transparência na atuação dos procuradores.

"A preocupação da nossa gestão é tornar as forças-tarefas institucionalizadas através de outros institutos, como os Gaecos. Nós criamos os primeiros Gaecos federais. Se nós conseguirmos institucionalizar a maior parte das FTs no MPF nos termos dos Gaecos, ou de outro modelo que possa ter sistemas de controle, fiscalização, sob todos os aspectos, para preservar a constitucionalidade e a moralidade, creio que nós evitaremos qualquer crítica num futuro próximo", afirmou.

Manobra

De acordo com as revelações do *Intercept*, Dallagnol listou possíveis sucessores de Moro, apontando aqueles que seriam bons ou maus candidatos. O primeiro alvo da "lava jato" foi o juiz Eduardo Vandré, considerado péssimo por Dallagnol. "O risco é a posição 6, o Vandré. Precisamos de um coringa, alguém que se disponha a vir até o número 5 e renuncie se o Vandré se inscrever".

Januário Paludo explicou o motivo da desconfiança: Vandré "era PT" e "não gosta muito do batente". Com isso em vista, os procuradores buscaram garantir a candidatura dos cinco juízes mais bem posicionados na lista de antiguidade, tirando Vandré da disputa.

O preferido era o juiz Danilo Pereira Júnior. Por conta do regimento interno do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no entanto, o magistrado estava impedido de assumir o cargo, já que chefiava uma vara com a mesma especialidade daquela em que Moro atuava.

O impedimento não foi o bastante para conter os procuradores, que cogitaram convencer o então presidente do TRF-4, desembargador Carlos Eduardo Thompson Flores, a autorizar a candidatura.

Quem acabou assumindo o posto de Moro foi o juiz Luiz Antônio Bonat, visto como uma boa opção pelos procuradores. De acordo com os diálogos, Paludo e Dallagnol viam Bonat como um instrumento para impedir que um candidato indesejável assumisse o cargo deixado por Moro.

Os procuradores acreditavam, no entanto, que o magistrado não teria pique para assumir os processos da "lava jato". A ideia, então, foi a de fazer do juiz uma espécie de "fantoche". Ele assumiria a 13ª Vara, mas teria juízes assessores trabalhando "por trás". Nada indica que o plano "mirabolante" dos procuradores tenha sido concretizado.

O seminário virtual da TV ConJur pode ser acompanhado [aqui](#):

Date Created

16/10/2020